

# O lazer humaniza o espaço urbano<sup>1</sup>

Raquel Rolnik

---

<sup>1</sup> ROLNIK, R. . O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP. (Org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000

Propomo-nos analisar a partir de um enfoque urbanístico o lazer e suas conexões com a cidade e como elas se articulam entre si. Para esta abordagem utilizamos o conceito de lazer no sentido estrito, limitado de tempo do não-trabalho ou, até, em oposição ao trabalho.

Sabemos que essa concepção de lazer é contraditada pelo estilo de vida da nossa época em que prevalece, além de uma espécie de hedonismo de massas, a necessidade de conquistar o lazer a qualquer custo, da luta por um corpo feliz e saudável que requer empenho e esforço tão intensos quanto o trabalho.

A idéia da malhação, de ficar o tempo todo em movimento para estar energizado e feliz, na verdade, comporta a noção de trabalho e de produção muito intensa. Não é possível, hoje, imaginar o lazer como uma vivência simples, algo oposto ao trabalho, quando o lazer é reduzido ao consumo de mercadorias de prazer, mercadorias culturais, mercadorias turísticas.

Após esse comentário preliminar, concentrar-me-ei na relação entre lazer e espaço urbano. Essa conexão poderia ser explicada desde vários ângulos, mas a visualizaremos de uma maneira mais prosaica: a cidade possibilita ou impede a fruição do tempo livre? Se, por exemplo, ao dirigirmo-nos a um parque ficamos presos em um congestionamento durante quatro horas, estamos diminuindo radicalmente o tempo para relaxamento, para o lazer. Nesse sentido, quando a cidade se transforma em um lugar absolutamente inóspito, sem qualquer possibilidade de prazer, ao invés de um lugar onde as pessoas se sintam inseridas na harmonia de uma comunidade urbana, o lazer estará restrito a espaços e tempos determinados. Essa situação agrava-se ainda mais porque não se vive o lazer de forma abrangente, como uma idéia de prazer percorrendo o cotidiano, inclusive o tempo de trabalho e o dedicado às atividades necessárias para a sobrevivência.

## **O Lazer encarnado na cidade**

A relação do lazer com a cidade suscita questões que remetem a conceitos antagônicos do uso do solo urbano, do lazer, dos modos de promoção da qualidade de vida, do modelo de cidade que estamos construindo e consumindo e que provocam duas posições apaixonadas e até extremas.

A primeira sugere a idéia de lazer como um privilégio de consumo real (ou mera possibilidade) de prazer, da cidade e do tempo. Nesta concepção, o espaço urbano fica reduzido a um simples local de acesso, tornando-se apenas o suporte para a conexão de pontos, de endereços; rotas para se chegar aos locais onde existe o prazer; isso tanto dentro do espaço doméstico – televisão, vídeo e vida familiar – como nos espaços do consumo cultural e esportivo.

A segunda posição vê o lazer encarnado na cidade, estreitando a relação de uns cidadãos com os outros, ou seja, um lazer com funções pessoais e sociais, identificando com a dimensão pública da cidade. O lazer passa a ser o componente primordial da denominada qualidade de vida, termo muito contemporâneo, usado pela mídia e pelo marketing imobiliário que, com base em parâmetros os mais variados, elabora escalas de valores que indicam o maior ou menor grau de nobreza dos locais urbanos, para vender seus produtos

nesta ou naquela área da cidade, onde a qualidade de vida é apregoada por slogans atraentes e sugestivos.

A falta de qualidade de vida, pelo contrário, é apontada como a responsável pelo estresse dos cidadãos, pela deterioração que assola as cidades nesse final de século. Movimentos de moradores se organizam para defender a qualidade de vida dos bairros e há uma espécie de consenso social em torno da necessidade de lutar por essa melhoria. Todos defendem e almejam a qualidade de vida, independente da maior ou menor inserção na cidade e da condição social. Contudo, por trás dessa inocência e neutralidade, desse valor tão supostamente universal encontram-se posições e, sobretudo, interesses bastante divergentes.

De um lado estão os que defendem, de forma manifesta ou oculta, a necessidade de preservar o privilégio da qualidade de vida em áreas da cidade onde ela seja viável apesar dos ataques deste ambiente geralmente sombrio, funesto e inseguro. Essa defesa da qualidade de vida, na prática, se traduz na delimitação de espaços segregados, uma espécie de oásis recortados e avulsos dentro da cidade, convertendo-a, hoje, em um território totalmente fragmentado, onde imperam a selvajaria e a marginalidade. Esses espaços públicos, por definição, heterogêneos, estão condenados a deteriorar-se e a morrer se reduzidos à condição de vias de circulação rápida – normalmente motorizada – para ligar territórios privados, ainda que esses sejam seguros e belos. Para essa visão do urbano, o destino da cidade como um todo parece importar muito pouco, desde que se garante uma acessibilidade segura, rápida, controlada e até exclusiva entre os pontos com qualidade de vida.

As concepções arquitetônicas e urbanísticas desse modelo de cidade exploram e acentuam as diferenças entre esses pontos qualitativamente excepcionais e o resto do espaço urbano amorfo. Parece que quanto maior é a diferença de qualidade de vida entre esses paraísos e a realidade cotidiana da cidade, maior valor terão no mercado imobiliário. Para isso também concorre a administração da cidade que, em vez de exercer sua função pública de cuidar de todos os âmbitos da vida cotidiana, se preocupa apenas em garantir a fluidez do sistema viário que liga essas ilhas, minguando-se para um papel ridículo e ínfimo.

Do ponto de vista das políticas urbanas do mercado, essa posição é a dominante e a que, conseqüentemente, orienta a produção das cidades. Um exemplo claro desse modelo é São Paulo que chegou a essa situação não por negligência e falta de um planejamento ou política urbana, mas por causa de uma política expressamente pensada dentro dessa concepção.

A idéia de cidade, a idéia de *polis*, a origem das cidades, surge do princípio da igualdade de diferenças: o fato cidade se funda na possibilidade de pessoas diferentes poderem viver em conjunto e estabelecer um contrato político entre elas. O milagre cidade se produz quando o homem, além de sua vida privada, de sua existência enquanto ser natural ou parte da natureza, cria uma espécie de segunda vida, uma espécie de *bios* político ou ser político que se concretiza vivendo em conjunto com outras pessoas. A vida na cidade constitui-se não só pela convivência de pessoas diferentes, como também por sua

participação de um contrato social que tem caráter público; contrato tácito baseado na palavra e na persuasão, na não-violência e na não-força. Através da linguagem, que não é o discurso da força e da violência, é possível estabelecer o espaço público, constituir de forma permanente o contrato. A essência do público – seja espaço, convívio ou identidade – que é feita de diferentes linguagens e falas, de troca de olhares, de bens e de amores, acabou mingando, senão regredindo para uma espécie de administração da sobrevivência imediata transformando-se em pura burocracia.

A dimensão pública vai perdendo cada vez mais sua dimensão política de contrato social e acaba reduzindo-se à administração do trânsito, da rede de água e de esgoto, etc. Na verdade, o espaço público vai diminuindo ao ser capturado e privatizado, restando apenas e tão somente aquele necessário para a circulação de mercadorias, inclusive de mercadorias humanas; esvazia-se a dimensão coletiva e o uso multifuncional do espaço público, da rua, do lugar de ficar, de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo, de venda. Assim, funções que recheavam o espaço público e lhe davam vida migraram para dentro de áreas privadas, tornando-se, em grande parte, um espaço de circulação.

### **Da segregação das funções à segregação de pessoas**

O urbanismo moderno atribuiu à cidade as funções de lazer, de morar, de trabalho e de circulação. Destas quatro funções, três ficaram confinadas e localizadas em espaços privados, cada vez mais circunscritos e homogêneos, cabendo à dimensão pública a função da circulação. O processo de fuga do controle e da gestão pública das funções da cidade contribuiu para o desaparecimento do sentido público e político da cidade, dando-se ênfase quase exclusiva a uma concepção de espaço urbano onde prevalece o caráter, o modelo privatista de cidade, de sociedade.

Para a perda da multifuncionalidade da cidade contribuiu o urbanismo modernista que desagregou as funções da cidade, definindo para cada uma delas um lugar e uma missão separada e específica, provocando a diminuição das possibilidades e da quantidade de contatos e misturas de uso que caracterizavam a cidade multifuncional e mais pública. A aceleração da evolução desse modelo privatista trouxe como resultado concreto e nocivo a desigualdade social, econômica e política, exacerbada nesse momento pela globalização e pelo neoliberalismo.

Como reflexo desses fenômenos combinados instalou-se na sociedade, em relação à cidade e ao espaço público, uma espécie de agorafobia coletiva. Em um primeiro momento aconteceu a fuga, o não-uso, o esvaziamento da função política simbólica identitária da cidade; posteriormente, essa agorafobia se transformou em medo, rejeição, pavor do espaço público, porque não se caracterizava mais como protetor, “conectador” e integrador. Pelo contrário, é cada vez mais percebido como um local de exercício da violência, porque foi dissolvendo-se o contrato que permitia que a diversidade não se expressasse em violência e se rompeu a dimensão pública pluriclassista e heterogênea com a criação de guetos, de espaços privativos, fechados e homogêneos.

Não somente as tradicionais categorias de classes sociais, mas também as tribos, grupos, movimentos, gangues e minorias se fecham em determinados territórios e redutos exclusivos não possibilitando aquilo que significou historicamente a origem da civilização e do humano: a heterogeneidade, a diferença e a possibilidade do encontro.

Permanece na rua apenas aquele grupo ao qual só resta o espaço público como moradia, como trabalho, como refúgio de sobrevivência. À medida que o processo de homogeneização, de fragmentação, de isolamento se torna mais exacerbado, áreas que ficam abertas são ocupadas por destituídos, mendigos, miseráveis, marginais, enfim, excluídos.

Até o momento, viemos caminhando de acordo com um modelo de cidade que nega a possibilidade de uso do espaço público e intensifica a privatização da vida, o fechamento da homogeneização dos espaços e que está nos levando à desorganização social e ao caos urbano. É preciso implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da idéia de uma cidade que conecta usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável.

O urbanismo que apostou nas ilhas e nos redutos de qualidade de vida, na esperança de que se alastrassem para o resto do espaço, não deu certo: ninguém consegue conectar nada com nada. Estamos todos absolutamente bloqueados, sem possibilidade de circular pela cidade. Nem sequer os espaços privativos, onde a qualidade de vida está preservada, vigiados dia e noite, oferecem possibilidade de contatos; os oásis, os guetos não são seguros. Isso significa que quanto mais diferença e privilégio existem, mais se exagera a exclusão, e quanto mais se exagera a exclusão, mais violenta vai ser a cidade.

Para melhorar o espaço público há necessidade de uma política antiexclusão, o que significa organizar a heterogeneidade, não fugir dela. Significa organizar, defender e fomentar a convivência entre pessoas diferentes, diminuindo a segregação e as distâncias sociais, suprimindo os guetos, atuando com solidariedade, como uma coletividade que amplie, incentive e aumente a comunicação entre os projetos de vida pessoais e coletivos.

Concluindo e voltando à idéia de lazer, acredito que um lazer encarnado na cidade, identificado na sua dimensão pública, é um grande instrumento antiexclusão.

